}2.1.

O Povo d'*As Farpas*
Ética democrática e cívica em Ramalho Ortigão*

PEDRO VILAS BOAS TAVARES**

1. Ramalho falou daqueles que vão para as aventuras da escrita como os gatos para as aventuras do telhado: «Quando lhes não fareja outro que tivesse passado primeiro, hesitam em sua marcha, tremem-lhes as pernas e acocoram»[1]. Neste caso, referia-se especificamente à pena de numerosos espíritos domesticados, propensos a repetirem tudo aquilo que as conveniências do seu tempo e do regime aconselhavam…

* O presente texto é uma adaptação da conferência proferida pelo autor em 10.12.2015, na Sala das Sessões da Irmandade da Lapa, Porto, integrada no ciclo de conferências promovido pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em colaboração com a Câmara Municipal do Porto, a Fundação Eng. António de Almeida e a Irmandade da Lapa, dedicado a Ramalho Ortigão, por ocasião do centenário do seu falecimento.
Adverte-se para o facto de este texto estar escrito sem obediência ao acordo ortográfico de 1990.

** Membro do Grupo de Investigação Sociabilidades, Práticas e Formas de Sentimento Religioso, da Unidade de I&D (FCT) CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Via Panorâmica s/n 4150-564, Porto, Portugal. ptavares@letras.up.pt

1 *As Farpas*, VI, p. 99. Não havendo indicação em contrário, citaremos sempre pelas *Obras Completas de Ramalho Ortigão* que a Livraria Clássica Editora, de Lisboa, começou a publicar em 1942.

À primeira vista, alguém mais supinamente primário ou refolhudamente secundário poderia desconfiar do teor e móbil do título desta intervenção. Nada de equívocos! Só por preconceito e aparências falazes se lobrigará nele algo de atrevidamente provocatório. E nem o telhado é de zinco tão escaldante que não se possa pisar, nem lobrigamos quaisquer razões para que não ensaiemos aqui uma marcha regular, de isenta reflexão pessoal partilhada.

É certo que nos falece *curriculum* proporcionado e acaso apetrechamento conveniente para a evocação cabal de tão grande mestre da «mentalidade portuguesa do seu tempo», transplantado do ensino do Colégio da Lapa para a «cátedra das *Farpas*»[2]. Mas, sobretudo dado tratar-se aqui de Ramalho, ousar é preciso, e o tema é mesmo uma inevitabilidade…

«Turista em viagem na sua própria terra», oferecendo-nos na sua obra – e n'*As Farpas* particularmente –, uma impressiva e original «revista geral do país inteiro», do país real, coevo, por si amado entranhadamente, supomos que ninguém iria – estultamente – questionar que a observação das gentes, as interacções sociais descritas, as teorias e conceitos sociopolíticos, implícitos e explícitos na obra de Ramalho, sejam algo essencial, pela simples razão de que não há verdade, nem pitoresco, nem viagem onde não há povo, e de que não há pedagogia onde não há um público vivo a instruir. Os tipos e ambientes sociais e humanos, nas casas, nas ruas, nos transportes, nos campos, nas lojas, nas fábricas, nos salões, nas igrejas, nas festas, nos espectáculos, pintados por Ramalho «a largos traços de impressionista»[3], são algo de central, e nessa extensa galeria por si produzida o autor não deixou de permanentemente insinuar ou exprimir – com suficiente clareza – as concepções teóricas por si abraçadas sobre a definição histórico-sociológica tanto de Povo, enquanto grupo

2 A. de Magalhães Basto, *Figuras Literárias do Porto*, Porto, Manuel Barreira, 1947, p. 65.

3 Cf. Maria Helena da Rocha Pereira, *O Porto na Obra de Ramalho Ortigão*, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 2015 [Ed. Maranus, 1950], p. 21.

social, como de Povo, enquanto universo de todos os portugueses unidos por história comum, língua, raça e território.

Quanto a esta última esfera, a da História do Povo Português, Ramalho Ortigão tem uma visão muito comum aos homens da *Geração de 70*: a de um «*Brave petit peuple heroique*… que abriu ao mundo um horizonte imenso»[4]. Surpreendemo-lo frequentemente discreteando sobre «o génio heroicamente aventuroso, confiado e audaz do povo português», que «encheu de glória o mundo durante perto de quatro séculos, desde a fundação da nacionalidade pela aclamação da dinastia afonsina, até à perda da independência pela derrota de Alcácer-Quibir e pela subsequente dominação castelhana»[5]. Depois de Sousões, Braganções, Senhores da Maia, de Baião e de Riba Douro terem posto uma coroa na cabeça de Afonso Henriques[6], feita a reconquista, e estabelecidas no reino «sobre sólidas bases tradicionais e étnicas as nossas primeiras instituições administrativas: direito público e direito consuetudinário, poder central, nobreza e milícia, forais, inquirições, côrtes, corporações de artes e ofícios, regime de trabalho, regime de propriedade, admissão do povo nas assembleias gerais do reino, fundação do ensino»[7], «pela força do nosso braço e da nossa fé, pela progressiva cultura do nosso espírito e pela poderosa coesão da nossa disciplina hierática», teríamos fundado, segundo Ramalho, «no continente europeu e através dos mares, uma das mais vastas, das mais fortes, das mais ricas e das mais civilizadas nações do mundo»[8]. A Restauração de 1640 restituíra a Portugal a sua autonomia política, mas não lograra reconstituir essa plenitude de vida anteriormente experimentada pela nação, antes se limitando a prolongar novos tempos de fatal «decadência de uma grande raça, delida naquela *apagada e vil tristeza*» em que, alegadamente, Camões teria previsto «o fim da sua pátria»[9]. Em suma, na anteriana linha das *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares*, teria havido solução de continuidade nas manifestações mórbidas ínsitas à nossa vida colectiva, do século XVI em diante, por causa do «despotismo monárquico», do «despotismo teológico» e, finalmente, pelo regímen liberal, alegadamente falho de critérios científicos na vida social e na vida prática[10].

4 Cf. *Últimas Farpas*, XIV, pp. 171-172.
5 *Últimas Farpas*, II, 25.
6 *Últimas Farpas*, II, 9.
7 *Últimas Farpas*, II, 26.
8 *Últimas Farpas*, II, 26.
9 *Últimas Farpas*, II, 38.
10 António Manuel Bettencourt Machado Pires, *A Ideia de Decadência na Geração de 70*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1980, p. 329.

De surpreender seria que Ramalho não fizesse repercutir a visão decadentista da História de Portugal após Quinhentos na organização social, e como tal, na idiossincrasia das classes populares, uma vez que a mola quebrada das razões vitais necessariamente atingiria toda a Grei. Daí que a preocupação com o vasto grupo social Povo tenha sido tão obsidiante no autor de *A Holanda*, fazendo-o acompanhar os avatares de evolução política do país no seu todo, de cujos males comungaria e seria expressão.

Como tal, claro que n'*As Farpas* é isolável a matéria referente a "Povo Republicano", tentadora qualificação com carácter de localização específica, numa cronologia de análise circunscrita às condições de ruptura e vigência do novo regímen. Mas claro também que a questão do regímen e das opções de Ramalho perante a República, apesar de legítimas, racionais e muito nítidas, tal como no seu tempo, continuam hoje a suscitar da parte de alguns sectores um tratamento de «delito de opinião» ou quase…

Uma pena! Tentando explicar esta tineta quase incompreensível (afinal a República é uma Senhora com mais de cem anos), o prestigiado historiador Rui Ramos crê que a queda do Muro de Berlim e a orfandade ideológica marxista terão contribuído para que, entre nós, da habitual detracção de uma revolução dita «pequeno-burguesa» e com tiques anti-sindicais, se tenha passado à sua desmedida exaltação historiográfica[11]. E a figura de Ramalho, mais uma vez, não quadra nos cânones do hagiológio revolucionário…

Neste caso importa reconhecer o significado do depoimento de um memorialista republicano – Júlio de Sousa e Costa – que, visitando Ramalho pouco tempo depois da implantação da República, ficou desarmado pela compreensão, lisura, isenção e ausência de sectarismo dos conselhos que o escritor lhe deu, incentivando-o a colaborar «com a sua gente», tornando-se «útil ao país»[12].

Bastantes anos antes, o jovem Júlio de Sousa e Costa, então com vinte e dois anos e em quem Ramalho via ambições políticas, favorecidas pelo uso do barrete frígio, confessando-se-lhe fanático da leitura d'*As Farpas*, ousara disparar ao escritor que, avaliando aquele «remar para as esquerdas», via nelas «belas notas republicanas», e que desejava poder rotular politicamente o seu admirado interlocutor. Instado, o autor de *John Bull*, escarnecendo desta premência de rotulação, «como no garrafório de categoria», terá respondido muito simplesmente: «Independente, com o fito de dar lambada para todos os lados…, em gregos e troianos… à descrição…»[13].

11 Cf. *Ler, Livros e Leitores*, n.º 87, Janeiro de 2010, entrevista a Carlos Vaz Marques, pp. 33-39.
12 *Ramalho Ortigão. Memórias do seu Tempo*, Lisboa, Romano Torres, s/d., p. 166.
13 Cf. *Ramalho Ortigão. Memórias do seu Tempo*, pp. 17-18.

Na realidade, se o diálogo assim teve lugar, Júlio Sousa e Costa parece demonstrar não ter lido, ou não ter lido com atenção *As opiniões sobre a forma de Governo* expressas n'*As Farpas*, caso contrário saberia que o seu autor afirmara pouco se importar com a forma do regime e de organização do poder, mas sim – e muito – com o problema económico e de saber «como se ha[via] de distribuir a riqueza»[14].

Pacientemente, a este jovem, que entendia que quem, como Eça, «em Coimbra lidara com Antero de Quental e Teófilo Braga» e em Lisboa, em 1871, com os promotores das *Conferências Democráticas*, tendo toda a obra de inquérito crítico e sátira à sociedade portuguesa do constitucionalismo que se lhe conhecia, deveria por força ser republicano, Ramalho terá observado: «Acerca da sua suspeita sobre o republicanismo de Eça de Queiroz, direi o seguinte, e aponte lá no seu cartapácio para futuras crónicas: um monárquico pode ser democrata, isto é, ter ideal que propenda à defensa dos interesses legítimos da grei. Eça paira muito alto para descer a entender em partidarismos. Comigo dá-se o mesmo caso […]»[15].

Efectivamente, Ramalho Ortigão escreveu abundantemente sobre os seus critérios e opções, sabendo bem do ónus de pensar livremente, pela própria cabeça. Não o enfatizara ele n'*As Farpas*, após «nove anos de ironia persistente» iniciados desde 1871, nesses anos experimentando «a grande e amada tristeza de ser só»?:

> «Não ser de nenhuma seita e de nenhum partido, de nenhum clube, de nenhum grémio, de nenhum botequim e de nenhum estanco, não ter escola, nem irmandade, nem roda, nem correligionários, nem companheiros, nem mestres, nem discípulos, nem aderentes, nem sequazes, nem amigos, é possuir a liberdade, é ter por amante a rude musa *aux fortes mamelles et aux durs appas*, cujo beijo clandestino e ardente põe no coração a marca dos fortes, mas requeima nos beiços o riso dos engraçados»[16].

14 Cf. *As Farpas*, IV, pp. 111-112.

15 Cf. *Ramalho Ortigão. Memórias do seu Tempo*, p. 65. Ainda não há muitos anos, a este propósito, assim se exprimia Beatriz Berrini: «[…] para mim, não foi Ramalho nem republicano militante no começo, nem monárquico apaixonado ao final: são rótulos que não lhe cabem. Teve ideias democráticas e reformistas, para afectivamente se ligar depois à monarquia, acabando por perceber que o Portugal melhor que sonhara não nasceria tão somente das convicções partidárias deste ou daquele grupo ou de sistemas de governo (*Introdução*, in Ramalho Ortigão, *Cartas a Emília*, Lisboa, Lisóptima Edições/Biblioteca Nacional, 1993, pp. 23-24).

16 *As Farpas*, VI, p. 104.

E todavia, segundo declarava aos mais novos, numa *Farpa* datada de Abril de 1882, essa solidão da «arte satírica» tinha as suas compensações, desde logo a de colocar os seus cultores «ao abrigo da banalidade triunfal e do mau gosto vitorioso, dois grandes suplícios para a sensibilidade dos artistas»[17].

Relativamente ao PRP é de lembrar que Ramalho saudou o seu aparecimento em 1876, correspondendo à fundação em Lisboa de um centro republicano. Era, segundo escrevia, excelente oportunidade de educação do «espírito público» relativamente a valores expressos na experiência democrática então em curso em França, «república *em nome da ordem*», tirando a forma de governo «não das convulsões de uma revolta, mas da reflexão, do raciocínio, do estudo, da dedicação patriótica de todos os seus homens mais honrados e mais ilustres na filosofia, na ciência da história, na moral e na política», e votada «pacificamente» em «sufrágio nacional»[18]. Mas era bom que o PRP resolvesse «conservar-se inalteravelmente bom filósofo», entregue à sua função pedagógica e doutrinária. Caso contrário – ironizava – «se em vez de ensinar pura e unicamente», o centro republicano pretendesse «fazer eleições, fazer política e – o que e[ra] mais que tudo lastimável – fazer república», então seria «mais útil, mais patriótico e mais sublime deixar-se disso e ir passear para o Aterro»[19].

Já relativamente à República efectivamente proclamada em 5 de Outubro, à época da sua instauração, o Governo Provisório não parecia a Ramalho «mais autenticamente o prefácio de uma liberal república que o da mais despótica tirania»; via nomeadamente na lei de imprensa e na lei das congregações religiosas, «por atropelamento, a denegação das mais sagradas das liberdades públicas, a liberdade de palavra e a liberdade de reunião»[20]. Nem por isso esse governo desmerecia a sua estima, porque – declarava – «molecularmente rebelde a todo o sectarismo», ele não podia «ser senão muito moderadamente e muito condicionalmente monárquico, e não era nem nunca fora republicano, apesar de frequentemente o «acusarem de prófugo e de renegado» os jornais do PRP, «ligando a tal invectiva um tão grande desdouro do [s]eu carácter» como se fosse para si «um opróbio ter acamarado com eles»[21].

17 *As Farpas*, IX, p. 182.
18 *As Farpas*, VII, p. 197.
19 *As Farpas*, VII, p. 198.
20 *Últimas Farpas*, II, p. 12.
21 *Últimas Farpas*, II, p. 15. Sobre esta matéria *vide As Farpas*, IV, Cap. X, «As Opiniões sobre a forma de Governo».

Clarificada pelo próprio escritor esta questão prévia, ainda assim é de recordar que logo em 1912 lhe parecia já a pátria «comparável a um prédio de que secretamente se tivessem extraído os alicerces»[22].

A sátira ao momento político vivido (ao Teófilo com as varetas de guarda-chuva amolgadas das cutiladas aplicadas ao inimigo, ao «isto agora é tudo nosso!» dos impantes libertadores da "tirania", aos milhares de misteriosos "sobrevivos" às escaramuças da Rotunda)[23] faz-se acompanhar de um juízo de valor e de uma importante recordatória: o juízo de que os novéis políticos republicanos começavam da forma como tinham acabado aqueles que eles haviam substituído, e a lembrança ainda de que, nessa altura, isto é, «quando em Portugal não havia senão conservadores de diversas marcas», ele tomara «parte considerável», juntamente com o seu amigo Eça de Queirós, «na obra preparatória da revolução em Portugal». Nem por isso esperava o agradecimento da jovem República, achando mesmo natural – sempre na sua expressiva frase – que ela não lhe enviasse agora o seu cartão de visitas, desejando-lhe «*Saúde e Fraternidade*»[24]. Explicação?: o parlamentarismo do presente era ainda mais «oco» que o do passado, e igualmente exercido por «ávidos politiqueiros de ofício, sem nenhum conhecimento dos interesses e aspirações nacionais»; ora se então, com «alguns do seu tempo», havia deliberado «acordar do seu letargo a consciência pública, a duches, a ventosas, a pontas de fogo, a buscapés, a empurrões e a cartoladas», da mesma forma, «esfregas destas» não poderiam deixar de «exactamente» se aplicar aos políticos da República[25].

De resto, «os revolucionários das *Farpas*» apenas visavam «uma remodelação da sociedade portuguesa», mas não «uma mudança de regime político». Ainda antes de se declarar solidário com o sentido da luta da geração nova de 1914[26], não deixaria Ramalho de proclamar «não ser por meio de revoluções, mas sim por meio de simples revulsivos, que se tratam as atonias sociais», nomeadamente pelo «saneamento dos indivíduos» e «pelo tratamento paciente, pacífico e melindroso da célula Família». Acreditava já então, «unicamente», nas transformações realizadas «pela acção, lenta mas definitiva, da influência das élites sobre a obtusidade das massas»[27]. Fala aqui em «massas» e não, evidentemente, em Povo…

22 *Últimas Farpas*, II, p. 123.
23 *Últimas Farpas*, II, p. 121.
24 *Últimas Farpas*, II, p. 125.
25 *Últimas Farpas*, II, p. 124.
26 Cf. *Últimas Farpas*, II, pp. 209-220 (*Carta de um velho a um novo* [dirigida a João do Amaral e publicada no diário *A Restauração*, de Homem Cristo, Filho].
27 *Últimas Farpas*, II, p. 127.

2. Abramos por agora um parêntesis, talvez ulteriormente útil para o que nos propomos transmitir. O seu conteúdo parece pacífico. A saber: sobretudo mercê do influxo da filosofia positivista, o republicanismo, muito mais do que uma questão meramente relativa à titularidade da chefia do Estado, perfilou-se entre nós como mundividência alternativa à da tradição cristã/católica europeia. Era um projecto visando mudar a ordem cultural existente, daí a importância cometida aos meios e agentes ideológicos, educativos e propagandísticos. Assim, ao estudar este «movimento», da «rede orgânica» inicial, à fundação do PRP (partido pretendendo afirmar-se como de ideologia e de massas), Fernando Catroga não pôde deixar de reconhecer que «a queda da Monarquia» constituiu uma reivindicação «inicial» e «específica», uma vez que inscrita numa tendência apontando para objectivos mais vastos, como «a laicização das instituições e das consciências»; ou seja, «à boa maneira iluminista, a chamada revolução republicana pressupunha a consumação de uma verdadeira revolução cultural»[28].

Como tal, mudando a face e fundamentos da sociedade, impor-se-ia a tarefa de «refundar Portugal»[29]. Uma atitude já consagrada no passado: sempre que houve grandes rupturas na tradição histórica portuguesa (nos domínios ideo-político, institucional e cultural) logo se perfilou, como legitimação das opções do presente, a atitude refundadora. Conforme se vira, a instauração da nova ordem política e económica do liberalismo tinha requerido «novas formas de interiorização e de legitimação», e «isso passa[r]a pela tomada de consciência de que urgia criar uma nova opinião pública imbuída de valores e de ideias que alicerçassem o propósito de "refundar" a Nação em bases representativas»[30]. E, no seu tempo, acaso o «terramoto» pombalino não apresentara os jesuítas e a educação jesuítica como o principal obstáculo à «rementalização política da sociedade e à reestruturação do estado»[31], numa linha de despotismo esclarecido, com erecção da Companhia no "bode expiatório" da construção do novo Portugal? Como é bem sabido, esta reflexão sobre as causas do atraso e da decadência do país renovar-se-ia desde

28 Fernando Catroga, *O republicanismo em Portugal, da formação ao 5 de Outubro de 1910*, Coimbra, Minerva, 1991, p. 12.

29 Cf. Pedro Vilas-Boas Tavares, *Projectando e justificando a «refundação republicana»: polémicas e tensões no "tribunal" da História*, in «MVSEV», IV Série, n.º 18 (2010), pp. 161-185.

30 Fernando Catroga, *Alexandre Herculano e o Historicismo Romântico*, in Luís Reis Torgal, José Maria Amado Mendes e Fernando Catroga, *História da História em Portugal, Sécs. XIX-XX*, Volume I, Lisboa, Temas e Debates, 1998, p. 45.

31 Aludindo à conhecida personificação martiniana (*História de Portugal*, Vol. I, Livro Sexto, Cap. V), remetemo-nos aqui às palavras e sentido geral de um importante estudo de José Sebastião da Silva Dias, *Pombalismo e teoria política*, in «Cultura – História e Filosofia», Vol. I, Lisboa, 1982, pp. 45-70.

inícios de oitocentos, e a palavra "mágica" «regeneração», a cada sobressalto da nossa vida colectiva, seria sucessivamente adoptada e generalizada (com uso de significado por vezes contraditório), como símbolo esperançoso de um futuro de prosperidade, harmonia social, projecção e prestígio internacionais de Portugal, resultante de profundas reformas introduzidas ou a introduzir na administração e gestão da coisa pública[32].

Apesar de todas as realizações do constitucionalismo liberal, no campo material e no campo da cultura, os «anos de contestação» (1865-1880) e de fim de século encarregar-se-iam de desmentir ou desfazer alegadas «ilusões». No balanço do liberalismo, os principais nomes da *Geração de 70*, sobretudo Antero e Oliveira Martins, não alinharam apenas causas históricas, institucionais e culturais explicativas da alegada caquexia da nação. Fizeram conhecido, duro e definitivo "diagnóstico". Segundo ambos, todos os grupos sociais participariam desse fenómeno colectivo de letargia, atonia ou morte irremediável… E todavia, a seu lado, contrastivamente, um Teófilo ou um Junqueiro detectavam na "lareira da pátria", entre as franjas sociais populares, esperançosas e esquecidas "brasas" de revivescência moral[33], ocultas por baixo da cinza de decomposição das instituições e das classes dirigentes do país[34].

Esta nos parece ser também a atitude de Ramalho Ortigão perante a entidade «Povo». Uma realidade – a seu ver – talvez ainda toscamente inacabada, por culpa alheia (das classes dominantes e das instituições), mas dinâmica e recheada de potencialidades… à espera da oportunidade de passarem a acto.

3. Dez anos volvidos sobre as *Conferências do Casino*, Ramalho farpeava o uso da palavra «liberdade» como «o grande prato de resistência em todos os jubilosos banquetes do palavreado nacional», um entusiasmo apenas superado pelo da invocação do «povo», porque – ironizava – «quem diz povo tem dito tudo quanto se pode dizer em democracia». Por isso, «os patriotas de ambas as casas do parlamento», mesmo os da aristocrática, «batendo no peito as punhadas mais plebeias e convictas», gritavam também ser povo! Todos eram «filhos do povo», «povo eles mesmos», não querendo «nada deste mundo senão do povo, para o povo e pelo povo»[35]. A sátira ia directa para a inautenticidade das alegações, pois «sempre que o povo deixa[va] de ser uma imagem

32 Cf. *v.g.* Maria Cândida Proença, *A Primeira Regeneração. O Conceito e a Experiência Nacional (1820-1823)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990.

33 Cf. Pedro Vilas Boas Tavares, *História da Literatura em Teófilo Braga – Romantismo, gestão de informação e estratégias de luta ideológica*, in «Bracara Augusta», LVIII (2013), p. 260.

34 Cf. José-Augusto França, *O Romantismo em Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, 1993, p. 542.

35 *Farpas Esquecidas*, XVII, p. 82.

parlamentar e uma abstracção oratória [...], e aparecia de jaleca ou camisola, de sapatos ferrados e de boné sobre o olho, dando vivas ou dando morras, o povo, para todos esses senhores, cessava imediatamente de ser o povo» para ser «alguns maltrapilhos» ou, para os burgueses, «garotagem ébria»; algo semelhante à liberdade na lógica da *Carta*: «um sagrado direito metido dentro de um frasco», não resistindo à retirada da rolha, à prova do seu uso concreto, pois em tal caso as instituições pressurosamente advertiam o usuário da diferença entre *licença* e liberdade[36]...

Estava ainda fresca a memória do encerramento das Conferências Democráticas e da repressão de algumas outras *licenciosas* pugnas posteriores, com destaque para os protestos populares em Lisboa contra o tratado de Lourenço Marques... Ramalho limita-se aqui – simplesmente – a confrontar as «carícias da Municipal» com o irrepreensível respeito pela liberdade de opinião e expressão gozadas pelo cidadão na detestada Inglaterra[37].

Em contraste com o sentido de racionalidade e medida de Ramalho, não faltam autores coevos, alguns aliás ilustres, empenhados na revolução e nas cartilhas de doutrinação urbana correspondentes, com outra perspectivação de «Povo». Estão todos – naturalmente – em sintonia com o teor da desconstrução republicano-positivista da história do constitucionalismo monárquico português, apresentado como momento intermédio e incoerente de uma evolução necessariamente conducente à refundação republicana. Novo regime e nova lei fundamental, nova bandeira, novo hino, nova moeda, e enfim... novo povo.

Sampaio Bruno advertia do alto da sua cátedra informal da Rua do Bonjardim: «Que o partido republicano não perca de vista que em Portugal não basta aniquilar o governo, é preciso ainda criar o povo»[38].

Falando da morte de D. Carlos, com a habitual crueza e preconceito intelectualista das classes letradas relativamente às plebes "incivilizadas", idênticos termos usava Fialho de Almeida: «Povo? Não há povo. A turba acéfala e sentimental (tarada em todo o caso), que em Portugal faz as vezes de povo, é uma força de inércia sem a menor consciência de si própria, e que no estado de bestialidade africana em que jaz, tão cedo [não] pode ter papel na marcha do paiz, restando-lhe continuar a ser explorada por caciques, ou levada para o mal por papagaios de comício, no sentido das suas taras homicidas»[39].

36 *Farpas Esquecidas*, XVII, p. 84.

37 *Farpas Esquecidas*, XVII, p. 86. *Vide* também XVIII e XIX.

38 «*Incivismo*», art. publicado em *A Discussão – Diário Democrático da Manhã*, 1.º Ano, n.º 158 (Porto, 10.6.1884), in *Dispersos II* (organização de Afonso Rocha, recolha de Joaquim Domingues e José Cardoso Marques), Lisboa, INCM, 2011, p. 523.

39 *Saibam quantos... (Cartas e artigos políticos)*, Lisboa, A. M. Teixeira, 1912, p. 97.

João Chagas, por seu turno, por detrás do parapeito da máquina de guerra subversiva constituída pelas suas *Cartas Políticas*, se por um lado não hesitava em justificar o papel das sociedades secretas na eclosão das revoluções e em declarar que Buiça, com o seu gesto assassino, «reabilitara» e «dignificara» o Povo (!), por outro lado, contraditoriamente, declarava também que, pois o Povo «nunca existira» (!), era necessário com a revolução «dar-lhe nascimento e mostrá-lo à própria nação assombrada, como um homem novo e sem precedentes»[40]… Pelos vistos não herdeiro dessa peonagem que outrora acorria ao *chamamento* na época incerta das algaradas e da reconquista, dos colonos e sesmeiros que fertilizavam as glebas, dos mesteirais e burgueses que animavam a economia de vilas e cidades, dos grumetes, pilotos e soldados da expansão…

Mas o Povo existia, claro – «e era muito bem conhecido da nação, nomeadamente das suas "aparições salvíficas" no tablado dos acontecimentos das grandes crises políticas colectivas, das patrióticas *jacqueries* de 1383-85, ou dos «levantamentos» da «Restauração», à resistência às tropas francesas invasoras». Sabia-o muitíssimo bem Chagas, mas tratava-se então, na lógica dele, de mera propaganda subversiva, «de fazer uma personagem nova, ajustada aos desígnios da revolução»[41]…

A estes "arquitectos", autoproclamados construtores de um homem e de um mundo novos, tudo parecia lícito e possível, e reeditando atitudes da velha matriz iluminista, em nome de intocáveis princípios abstractos, «não escrupulizavam em anatematizar sumariamente, sem remissão, ou em fazer "tábua rasa" de todo um vasto e rico pecúlio colectivo de experiências sociais e institucionais, afinal "segregadas", adaptadas e consagradas pela própria nação, ao longo do seu concreto e multissecular trajecto de vida»[42]…

O autor d'*As Farpas*, pelo contrário, via uma espécie de insano e funesto messianismo (ou simplesmente uma cínica fraude) nessa singular crença, segundo a qual bastaria mudar o regime (o «rótulo político» e a constituição) «para renovar um povo»[43]. Ao reformismo fundo mas gradualista, prático e concreto de Ramalho Ortigão, bastava a reivindicação (e não era coisa de pouca monta!) de que o povo fosse realmente tratado pelos «públicos poderes» com a dignidade de povo e «povo soberano», ascendendo da menoridade cívica a

40 *Carta [n.º 19] ao Congresso de Setúbal, ao reunir-se para eleger o Ultimo Directório do Partido Republicano* Portuguez, p. 291.

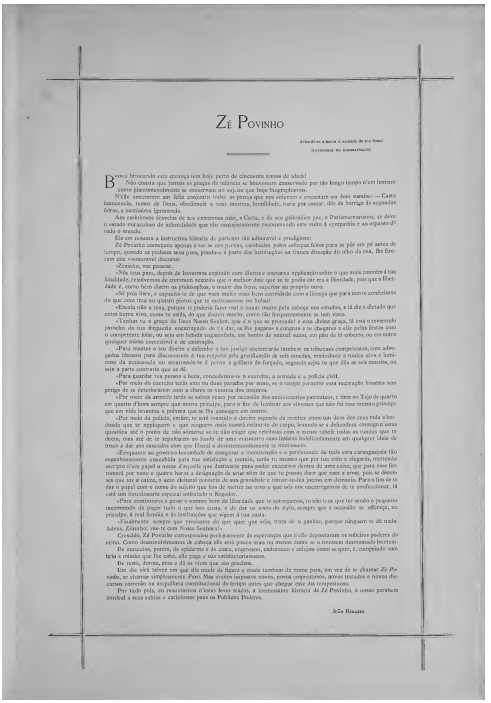
41 Pedro Vilas-Boas Tavares, *Projectando e justificando a «refundação republicana*…, art. cit., p. 181.

42 Pedro Vilas-Boas Tavares, *Projectando e justificando a «refundação republicana*…, art. cit., *ibid*.

43 *Últimas Farpas*, VI, p. 83.

agente e senhor do seu destino. Ramalho, tal como Oliveira Martins[44], ainda que demarcando-se da iconoclastia jacobina e do republicanismo, sintonizava, tal como não podia deixar de ser, com a doutrinação democrática do historiador, vendo na democracia o derradeiro momento evolutivo das sociedades ocidentais, correspondendo ao nexo agregador do patriotismo cívico, a um sistema de leis abstractas e universais e a um fundamento da autoridade assente na vontade colectiva. A um e a outro importava todavia uma democracia não apenas formal, mas também social, cultural e económica, na qual o Estado exerceria vocação interventora e correctiva.

4. Não é difícil perceber esta lógica em Ramalho, nomeadamente num texto notável, de sátira, por demais conhecido, e que, no *Álbum das Glórias*[45], acompanha a célebre caricatura do *Zé Povinho*, de Rafael Bordalo Pinheiro,



44 Cf. *Quadro das Instituições Primitivas*, Lisboa, Bertrand, 1883, p. 300.

45 Cf. Edição Fac-similada do Original, com *Prefácio* de José-Augusto França, Lisboa, Moraes Ed., 1969, n.º 32.

um estereótipo colectivo luso[46], por si inventado, a primeira vez apresentado em público no periódico «A Lanterna Mágica», de 12 de Junho de 1875.

Vale a pena recordar essa parceria satírica Bordalo/Ramalho do *Álbum*, que constitui, independentemente de todas as outras considerações, uma reivindicação de transformação da «caranguejola tão engenhosamente concebida» com base na *Carta Constitucional*, ou seja, o incoerente sistema representativo do liberalismo, numa genuína democracia. Esta, segundo a manifesta e chã doutrinação do texto crítico de Ramalho, era evidentemente incompatível com a menoridade do *Povinho…* pelo que se tratava de pugnar pela efectiva soberania, participação e maturidade cívica do Povo, soberano não apenas "de nome", de acordo com as convenções teóricas da lei fundamental, *A Carta*…

POVO SOBERANO
Filiação • filho de estremosa mãe, a Carta [Constitucional, 1826] • e de galhofeiro pai, o Parlamentarismo.
Idade • brinca brincando esta criança tem hoje perto de cincoenta anos de idade [1882-50 = 1832/34]
Estado actual • correspondendo às esperanças nele depositadas. • como desenvolvimento de cabeça… está pouco mais ou menos como se o tivessem desmamado ontem • apenas cumpre satisfatoriamente a missão de suar e pagar
Presente • sistema vigente, produzindo Zé Povinho (estereótipo caricatural da não-integração e participação cidadã na *res publica*)
Futuro • «tempestuoso», «um dia virá», trazendo mudança de figura e de nome: POVO!
Termo correlato à construção de genuína Democracia (política, social e económica), na qual o POVO é realmente SOBERANO

46 Sobre esta matéria cf. João Medina, *O Zé Povinho, caricatura do «homo lusitanus»*, in *Estudos de Homenagem a Jorge Borges de Macedo,* Lisboa, INIC, 1992, pp. 445-472.

A Carta, n'*As Farpas* tratada como «documento palenteológico», é aqui no *Álbum* apresentada como uma velha feia, de chinelos, gato aos pés, fogareiro e guarda-sol, usando «chinó preto cheirando a rato com banha», em contraste com a educação «delambida», «para menina fina», uma vez que seu pai, *o Romantismo*, e sua mãe, *a Monarquia Constitucional*, a destinavam a «casar com *o Povo*».

Segundo a "diegese" biográfica da personagem *Carta*, então contando cinquenta anos, houve uma infeliz evolução desde a assolapada «lamechice» do Povo («bom homem ingénuo, mas bronco e labrego») por ela, «desde a primeira vez que a viu», até aos desenganos do convívio conjugal, sua expulsão de casa, "divórcio", "aventuras" clandestinas «com vários sujeitos da burguesia», e a miséria presente.

Em suma, de acordo com esta metáfora: desajustada à realidade, a *Carta* não se adequava às legítimas aspirações do Povo, chamado por ela à soberania.

Em registo bem humorado, ligeiro e algo impiedoso, aqui colocava Ramalho graves questões de fundo e de filosofia política, que, em anos de contestação, andavam na ordem do dia, e a que o regime, de resto, não deixou de tentar dar resposta.

Assim, como é sabido, em 1878, o alargamento do sufrágio pela lei de 18 de Março desse ano, atribuindo o voto aos portugueses de maior idade que soubessem ler e escrever ou fossem chefes de família, chegara a levar o PRP a elogiar esse passo, apelidando-o de «sufrágio universal com outro nome». Nova lei de 1884 manteve essas disposições[47], e em 1885, um novo acto adicional à *Carta* ia também em sentido democratizante, com a redução da legislatura para três anos, restrições ao poder moderador, supressão do pariato hereditário, combinação da prerrogativa real de nomeação dos pares

47 Fernando Farelo Lopes, *Poder Político e Caciquismo na 1.ª República Portuguesa*, Lisboa, Estampa, 1994, pp. 73 e 74.

(100 membros vitalícios) com o princípio electivo (50 membros), e ainda com a declaração de que os pares eram representantes da nação[48].

É porventura para admirar que nos dois textos contundentemente críticos que acabamos de evocar, ambos arquivados no *Álbum* com a data de 1882, a preocupação com a democratização do regime e com a necessidade do ajustamento da lei fundamental aos seus fins próprios e à realidade sociopolítica portuguesa sejam vectores centrais?

5. Nesse mesmo ano de 82 o autor de *As Praias de Portugal* admitia honestamente que, no uso da figura do *Zé Povinho*, Rafael Bordalo Pinheiro alguma vez se fizesse eco de frases tribunícias «de um ou de outro clube». Mas teria de se reconhecer que essa genial criação não representava apenas «uma espécie de Polichinelo da antiga comédia de títeres, encarregado de arrecadar as sovas de Pierrot e Arlequim»; representava também, no aprendizado do ainda recente regime de discussão e liberdade, o solene protesto pela ausência entre nós de uma genuína «opinião popular», por esta se achar ainda «por constituir»[49]. O Povo, à luz do desenho do caricaturista e segundo Ramalho, deixara de ser «exclusivamente» o que servia; era então também o que pagava; «mas não e[ra] ainda o que pensa[va], o que decid[ia] e o que resolv[ia] [...] as questões relativas à marcha social. Já não e[ra] a massa inerte, passiva e amorfa». Era – concedia mesmo – «um instrumento consideravelmente aperfeiçoado e enobrecido na produção do trabalho», mas estava «ainda longe de ser um factor na equação especulativa», no «problema intelectual» coevo[50].

Diferentemente de bastantes dos seus contemporâneos, sobretudo dos que se inseriam nas estratégias de propaganda e conquista do poder do PRP, claudicando à velha tentação jacobina, Ramalho Ortigão tinha, do país e do Povo, não uma noção abstracta, mas uma visão concreta, real, compassiva também, tal como o eram o seu sentido de dignidade pessoal e de justiça.

O Povo, nomeadamente o «homem do campo» e o operário estão mesmo no centro das preocupações de Ramalho, ainda que o universo das classes cultas urbanas e o mundanismo social da cidade condicionem a obra do cronista.

48 Cf. J. Joaquim Gomes Canotilho, *As Constituições*, in *História de Portugal* (dir. de José Mattoso), 5.º Vol. *O Liberalismo* (coord. Luís Reis Torgal e João Roque), Lisboa, Estampa, pp. 164-165.
49 *As Farpas*, IX, p. 152.
50 *As Farpas*, IX, p. 153.

Assim, o lavrador do Minho (caseiros e cabaneiros vivendo nas suas seculares e primitivas casas colmaças) era tipo e grupo social demasiado poderoso na história e na vida do país para que Ramalho não o fizesse comparecer nas suas páginas. É uma variedade do *Zé*:

> «Ele paga para tudo – para o distrito, para a cidade, e para a côrte; paga as estradas, inúteis à bárbara carreta de montanha [carro inteiriço de modelo celta, em que transporta os seus produtos]; além do mestre que o não ensina e do padre que o não abençoa, paga os legisladores, ministros e deputados, que não legislam para ele; paga o gás que o não alumia, a água que não bebe, o caminho de ferro em que não viaja, o exército que se não bate por ele, a polícia que o não defende, o juiz que lhe não faz justiça, o governador civil que nem o governa nem o civiliza, o regedor que o não rege, e o médico que o não cura. / Em compensação da maçada de dar ao Estado tudo quanto ganha, o Estado, por uma equitativa troca de obséquios, poupa o lavrador à maçada de receber o que quer que seja»[51].

Neste caso, sucintamente, epigraficamente, lembra os «males» desta «prolífica raça», parte dela exportada para o Brasil com sorte diversa, fazendo a identificação do lavrador com a própria imagem do boi da sua região, que o serve e cuja sorte parece decalcar, até na alimentação: «A erva do boi é crua e chama-se penso, a dele é cozida e chama-se caldo».

Esta atenção à sorte da vetusta «raça» dos lavradores caseiros de Entre-Douro-e-Minho merece ser tanto mais relevada quanto, depois do 5 de Outubro, com raras e honrosas excepções (como as excruciantes palavras e propostas concretas do Senhor de Pascoaes, feitas com o Código de Processo Civil na mão)[52], ela continuará esquecida dos «pátrios poderes»…

A mesma solicitude pela sorte das classes populares se verifica relativamente à família operária e à condição feminina.

Assim, a simpatia de Ramalho pela greve das costureiras de modistas, declarada em Novembro de 1872, tinha boas e simples razões, pormenorizadamente descritas n'*As Farpas*: péssimas condições laborais nas oficinas de costura, excesso de horas de trabalho sem descanso e miserável remuneração diária, mesmo depois de redobrado empenho na entrega aprazada dos vestidos a senhoras ricas e impacientes, para a ópera, bailes, visitas, passeios e jantares próximos… E finda a sofrida e exigente labuta de todo um dia, para

51 Cf. *Costumes e Perfis*, p. 23.

52 Cf. Maria das Graças Moreira de Sá, *Estética da Saudade em Teixeira de Pascoaes*, Lisboa, INCM, 1992, p. 202.

receber – acrescenta o cronista –, «por tudo isto, às nove horas da noite, um tostão. Um tostão, meus senhores, o preço deste mau charuto que eu vou acender!», realidade dramática que podia fazer um vestido significar «o luxo de uma grande dama e a desonra de uma miserável rapariga»[53].

Nesta matéria, o pedagogo d'*As Farpas* não poderia sequer deixar escamoteado o tratamento que frequentemente, por crassa deseducação e egoísmo, se percebia os operários dispensarem na família às suas mulheres, «tratadas como ente subalterno e passivo […], coisa que se possui com o *jus utendi et abutendi* – a *ominosa* propriedade enfim», em geral tão «cordialmente» detestada dos «senhores proletários». A mulher operária – escrevia então –, excepção feita ao tempo passado na igreja, «ninguém a distrai, ninguém procura tornar-lhe a existência doce e risonha, dar-lhe o nobre orgulho de se sentir amada, querida, necessária ao mundo para mais alguma coisa do que para lavar a casa, coser a roupa e cozinhar a comida»[54]. Panorama que o escritor desejava ver mudar rapidamente.

Efectivamente, tanto assim era que, por coetaneamente a nova pastoral do catolicismo social ter passado a pugnar por aquilo que o insuspeito Sampaio Bruno designava como «independencia sexual» e «dignidade feminina», um novo tipo de invectivas anticlericais surgira, como no seio da propaganda republicana a pena do próprio filósofo portuense bem o patenteia[55].

Como sinal de uma cultura social urgindo revisão, via Ramalho que em Lisboa, ao domingo, ao contrário das mulheres dos lojistas, que iam passear com os seus maridos, as mulheres operárias dos bairros de Alcântara ou Mouraria, ficavam às portas ou janelas das suas pequenas casas, numa «inacção desconsolada e abatida», enquanto os homens saíam para os «divertimentos populares»[56]. Ora nesta e noutras matérias entendia o autor d'*As Farpas* essencial que aos «senhores operários» fossem ditas algumas verdades simples, sem tabus nem inibições, nomeadamente que, ocupando-se eles exclusivamente «da questão dos interesses e não se ocupando nunca da questão dos princípios, questionando constantemente o salário e não tratando nunca da interpretação do dever e da lei moral», deste modo contribuíam para imobilizarem e perderem «a sua causa», materializando-a[57].

53 *As Farpas*, XIII, p. 191.
54 *As Farpas*, XIII, p. 193.
55 Cf. Sampaio Bruno, *A Questão Religiosa*, Porto, Livraria Chardron, 1907, p. 150.
56 *As Farpas*, XIII, p. 194.
57 *As Farpas*, XIII, p. 195.

6. Ramalho Ortigão teve sempre a "obsessão" da escola do saber andar, do andar direito, denunciando o hábito português de corcovar e de se arrastar na marcha, deseducando a espinha e os rins, com potenciação de «defeitos de consciência e de corpo»[58]. Depois do seu desaparecimento, nas ruas do Porto, continuará a ressoar a memória «do andar forte e sonoro de Ramalho», como quando descia a Rua de Santo António «com um bengalão de junco, o cordão das lunetas à Segundo Império e o seu jaquetão inglês, às riscas», para fazer pequena pausa à porta do Camanho, antes de partir para Carreiros «respirar o mar»[59]. Dir-se-ia que naquelas recomendações aos mais novos da sua convivência sobre a correcta postura física e forma de andar, estava todo um magistério moral de vida. Alma recta, andava direito e apreciava rectamente, e nas suas observações de crítico cortava a direito, ainda que combinando uma alegria e uma indulgência que recomendava aos escritores satíricos mais jovens[60].

Deste modo, Ramalho tanto arrasava a oratória dos «nossos primeiros estadistas» na Câmara dos Pares, forrageando no *Diário da Câmara*, tropos e afirmações controversas e de gosto politicamente duvidoso (extraídas de uma galeria de «glórias» onde perpassam o Visconde de Chanceleiros, José Luciano de Castro, Vaz Preto, António de Serpa, Barros Gomes, Fontes Pereira de Melo, Saraiva de Carvalho, Pires de Lima, os bispos de Bragança e de Viseu, Carlos Bento)[61], como criticava o carácter excessivo da propaganda republicana, afirmando sem rodeios que «o poder popular não periga[va] na coexistência dos reis» e que, «com relação à liberdade», não havia diferença entre monarquia constitucional e república, lembrando ao Senhor deputado Rodrigues de Freitas que «a mais perfeita soberania representativa na gerência de todos os negócios do Estado exist[ia] efectivamente, desassombrada e livre, sob a monarquia portuguesa», parecendo-lhe outrossim «que a grande responsabilidade eleitoral da delegação do poder e[ra] exactamente a mesma na república e na monarquia parlamentar»[62]. Tanto castigava o alegado afã reformador do regímen, que nunca anunciava melhoramentos que não implicassem aumento de despesa e crescimento do número dos funcionários públicos[63], como criticava a manipulação demagógica que o PRP fazia das camadas populares em comícios suburbanos de «propaganda revolucionária».

58 Cf. Augusto de Castro, *Uma Recordação de Ramalho*, in *O Fumo do Meu Cigarro*, Lisboa, Santos e Vieira, 1916, pp. 180-181.
59 Augusto de Castro, *Viagem no meu Jardim*, Lisboa, Clássica Ed., p. 128.
60 Cf. *As Farpas*, IX, p. 182.
61 Cf. *As Farpas*, IV, pp. 299-309.
62 *As Farpas*, IV, pp. 117-118.
63 *As Farpas*, IV, p. 312.

Os termos desta metáfora são conhecidos: «Como o boi puro, o povo não se desilud[ia] nunca, nunca se desengana[va] da lide», e os lidadores, acenando-lhe «com o trapo encarnado», iam-no explorando, «como o touro em tarde de corrida no meio do redondel»[64]. Para o autor d'*As Farpas* era afinal, sobretudo, o operário politizado «por confusas e contraditórias teorias de jacobinismo socialista e ateu», que nas ruas da capital, exercia, sempre que chamado, as funções de povo»[65]…

Em todas as posições de Ramalho Ortigão, em manifesto zelo do bem comum, duas notas são por demais evidentes: a sua firme oposição a todas as formas de embaimento, e por isso às diferentes modalidades de demagogia (do lado de governantes e oposições), e a sua ênfase na ideia de que não há boas políticas sem a probidade pessoal dos seus agentes. A «virtude pública», a rectidão, a justiça (do lado do poder, o meio de manter a ordem passaria muito simplesmente por deixar de manter os abusos) seriam «mola indispensável de todo o estado popular», consistindo resumidamente «em preferir o dever à conveniência, o direito à força, a justiça à popularidade e ao êxito»[66]. E aos adeptos das soluções radicais, àqueles que exploravam as liberdades públicas para tentar subverter a ordem vigente, com a mesma ousadia e irritante simplicidade perguntava, do alto do seu púlpito cívico d'*As Farpas*: «Quem poderá calcular o número de liberdades que nós sacrificaremos à ordem no momento em que a desordem começar a facultar-nos o direito ao governo, com a supressão do direito ao jantar?»… Para concluir: «É das profundidades demagógicas que saem sempre à periferia social os tiranos»[67].

Deplorando aqui o perigoso caminho de insegurança e instabilidade em que o país fora colocado pela bacharelice dominante[68], Ramalho revela permanente cepticismo relativamente a qualquer proposta de salvífica regeneração do país que não viesse assente numa reforma ética pessoal. Não por acaso evoca a exemplaridade de Montesquieu, de Washington e de Lincoln, neste último enfatizando as consequências felizes da sua fé na imortalidade da sua alma, em Deus e na justiça. E ao «Leitor amigo», desejoso de «fortalecer» a sua pátria, recomenda sumariamente:

> «dá-lhe modestamente, na pequena órbita da tua influência, entre parentes e amigos, aquilo que ela mais precisa de ter para sua defesa dentro da

64 *Últimas Farpas*, III, p. 44.
65 *Últimas Farpas*, III, p. 87.
66 *As Farpas*, X, p. 130.
67 *As Farpas*, X, p. 131.
68 Cf. *As Farpas*, X, p. 124.

> casa de cada cidadão: não se trata da força do teu braço, trata-se da rectidão do teu juízo: sê prudente e justo»[69].

Seria a melhor forma de evitar grandes males. Ramalho está muito perto do registo de Eça no pequeno conto *A Catástrofe*. Ambos insistem na inactividade dissolvente de uma juventude do seu tempo, que criticava a «choldra», mas não se esforçava por «salvar isto», falava altissonantemente «na organização sistemática do trabalho e nos destinos das classes laboriosas», mas não dava o exemplo de prover às suas próprias necessidades e sustento[70].

Segundo escrevia Eça, havia agora uma outra geração, nova, de «outra gente», que se preparava, calada e esperando concentrada. Tinha aprendido com os males colectivos, e, por seu turno, apontava aos seus filhos outro e seguro caminho, acostumando-os a amar a Pátria, «em vez de a desprezarem»:

> «trabalhar, crer, e sendo pequenos pelo território, sermos grandes pela actividade, pela liberdade, pela sciencia, pela coragem, pela força d'alma…»[71].

Como sabemos e foi já referido, em 1914, na *Carta de um Velho a um novo*, Ramalho declarava-se «confrade» e «companheiro de luta» das grandes causas desta última geração, marcada pelo lábaro integralista, e que era a geração dos seus netos.

Até nesse generoso desassombro de final de percurso, declarando-se completamente reconciliado com as grandes certezas da vida[72], às quais tinha acedido pela razão, pela experiência e pelos afectos, se mede a estatura de Ramalho Ortigão, sempre pletórico de juventude e de saudável alegria, amando, e, por razões de bem comum, sentindo a permanente obrigação moral de declarar os seus sentimentos e o fundamento dos mesmos.

Mas, infelizmente, no meio das ondas de materialismo cínico e comodismo avassalador que no presente devoram as nossas sociedades, quem, como em Maio de 1871, estará hoje receptivo à denúncia de «consciências em debandada» e «caracteres corrompidos»?…

69 *As Farpas*, X, pp. 130-131.

70 Cf. *As Farpas*, X, p. 124; Eça de Queiroz, *O Conde d'Abranhos e A Catastrophe*, Porto, Lello & Irmão, 1926, p. 289.

71 Eça de Queiroz, *A Catastrophe*, ed. cit., p. 288.

72 Cf. Moreira das Neves, *A Última Lição de Ramalho*, Posfácio a Ramalho Ortigão, *As Farpas*, Tomo V, pp. 311-316.

É verdadeiramente de temer que, tal como sucede com outros "obsoletos catões" das nossas glórias literárias de oitocentos, politicamente incorrectos e inconvenientes a certas *intelligentzias* coevas dominantes, se adense pesadamente em torno do grande Ramalho não apenas o silêncio comemorativo, mas o conhecimento interno da sua obra e actualíssimo legado ético e cívico, feito de reflexão crítica e coerente exemplo de vida.

Outros são os "ídolos" do novo "panteão cívico", mas o mais temível é que, segundo hoje experimentamos, as novas crenças primam pela iconoclastia!…